CONIC SEMESP

17°Congresso Nacional de Iniciação Científica

TÍTULO: A REPRODUÇÃO ASSISTIDA - REQUISITOS E VEDAÇÕES

CATEGORIA: EM ANDAMENTO

ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

SUBÁREA: DIREITO

INSTITUIÇÃO: FACULDADES ATIBAIA

AUTOR(ES): ALISSA MAYUMI ISHIKAWA, CAROLINE SIQUEIRA, JANAINA MACIEL DE LIMA, RAFAEL CINTRA BRANDÃO, SAMEA THANY ABRAHÃO

ORIENTADOR(ES): CRISTIANO PEREIRA MORAES GARCIA

COLABORADOR(ES): FACULDADES ATIBAIA - FAAT

Realização: SEMESP

Apoio: UNIÍTALO CENTRO UNIVERSITÁRIO ÍTALO BRASILEIRO

1. Resumo

O atual avanço na área da saúde e a vasta demanda por gestação através de técnicas de reprodução assistida têm intensificado as discussões acerca do tema em âmbito jurídico. Assim, a aprovação de uma lei para regulamentar os procedimentos, os direitos, as formalidades, as consequências no que tange àqueles envolvidos com a prática da reprodução assistida, bem como perante a sociedade contemporânea se mostra necessário.

O projeto tem como base o estudo das formas de reprodução assistida realizadas no Brasil e seu avanço na esfera jurídica. Desde a evolução histórica do tema até as principais mudanças nos Projetos de Lei apresentados e, também, as normas infralegais empregadas.

2. Introdução

Muitos casais possuem dificuldade para propiciar uma gestação pela via natural, por essa razão, começou a se desenvolver formas de reprodução humana assistida, com o objetivo de diminuir os problemas de infertilidades nos dias atuais.

Desta forma, insta esclarecer que a Reprodução Assistida é um conjunto de técnicas médicas que através da manipulação dos gametas masculinos e/ou femininos, viabiliza uma gestação. Tal reprodução pode ser uma inseminação artificial, quando ocorre no corpo da mulher ou fora do corpo da mulher, chamada de fertilização in vitro.

Todavia, visto que a Reprodução Humana ainda é um tema recente no Brasil, de modo que não existe legislação própria, o Conselho Federal de Medicina vem editando resoluções, tal como Resolução nº 2.121/15 a mais atual sobre o assunto.

Portanto, com a inovação da atual resolução, foram acrescentadas algumas regras e outras foram apenas mantidas, apontando diversos requisitos e vedações, a fim de orientar os procedimentos adequados para realizar uma gestação via inseminação artificial ou in vitro.

3. Objetivos

O projeto tem como principal objetivo analisar implicações jurídicas em relação às práticas de reprodução humana assistida no Brasil. Não obstante, acompanhar, durante seu desenvolvimento, as discussões dos Projetos de Lei que tramitam nas

Casas Legislativas Federais e suas alterações, bem como decorrências no ordenamento jurídico vigente, considerando, ainda, as diversas mudanças culturais referentes ao assunto.

4. Metodologia

A metodologia básica utilizada neste projeto é exploratória, por meio de pesquisas bibliográficas, visando buscar informações sobre as técnicas de reprodução humana assistida no Brasil e as decorrências no mundo jurídico.

O uso de livros e artigos científicos, assim como as letras de lei em discussão nas Casas Legislativas Federais, Resoluções e Provimentos serão as fontes primordiais de estudo ao longo do projeto.

5. Desenvolvimento

O trabalho será realizado em um grupo de cinco pessoas. As atividades do grupo serão realizadas, principalmente, nos encontros presenciais. Todavia, cada aluno deverá preparar antecipadamente sua contribuição para o trabalho do grupo. O produto final sob a forma de texto escrito será apresentado no último encontro presencial e será considerado como avaliação final onde será apresentado. O detalhamento do trabalho será feito nesse texto, por meio de informações contidas em pesquisas de livros, resoluções, perante Entidade do Conselho de Classe (Conselho Regional de Medicina), que abordará as implicações Éticas e Jurídicas nas técnicas de Reprodução Humana Assistida.

Tem ainda a pesquisa o objetivo de demonstrar o desenvolvimento ao longo do tempo, quanto os métodos artificiais de reprodução humana, que tem buscado aperfeiçoar através da humanidade pelo forte desejo inerente ao ser humano de perpetuação da espécie, pois a família contemporânea necessitava de um amparo jurídico que abrangesse todas as entidades familiares.

Para a elaboração do projeto, são propostas algumas etapas e elementos que devem estar presentes no trabalho:

Evolução histórica;

Conceito;

Terminologia da resolução;

Aprofundamento da parte médica;

Direito comparado;

Gestação por substituição;

Requisitos;

Vedações;

Alterações de *lege ferenda*;

6. Resultados Preliminares

Preliminarmente, podem ser observadas as constantes alterações que os Projetos de Lei e as orientações do Conselho Federal de Medicina vêm sofrendo com base nos avanços medicinais e culturais.

Outrossim, a preocupação em estender os direitos já existentes aos nascidos por meio de reprodução humana assistida também é fator verificado durante os estudos.

7.Fontes consultadas

BORGES JR., Edson; CORTEZZI, Sylvia Sanches; FARAH, Leila Montenegro Silveira. São Paulo: Atheneu,2011.

MACHADO, Maria Helena. Reprodução humana assistida. Aspectos éticos e jurídicos. Curitiba: Juruá, 2012.

SCALQUETTE .ANA Cláudia Silva. Estatuto da reprodução assistida. São Paulo: Saraiva, 2010.

Provimento CNJ 52/2016 – Disponível em: http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/6bd953c10912313a24633f1a1e6535e1.pdf. Acesso 03/05/2017

Resolução CFM 2121/2015 Disponível em: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_normas&buscaEfetuada=true&tipoNormaR=R&normasUf=&normasNumero=2121&normasAno=2015&normasAssunto=&normasTexto=#buscaNormas. Acesso em: 10/07/2017.